www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v. 30, n. 163, 2026 | DOI: 10.69849/hddxmg16

Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental: desafios e possibilidades pedagógicas.

Literacy acquisition and literacy practices in the early years of elementary education: pedagogical challenges and possibilities.

Cristiana de Campos Silva[1]
Maria Margareth Mendonça[2]
Mirian da Silva Almici[3]
Renata Caroline dos Santos Lopes[4]
Glauciele Monteiro de Souza Andrade[5]
Eliane Bezerra Huga da Silva[6]
Tereza Cristina de Oliveira Costa Franco[7]
Maria Gislaine de Santana[8]
Maria Judilandia de Santana Ricaldes[9]
Glescieli Rodrigues Paula[10]

Resumo

O artigo analisa os desafios e as possibilidades pedagógicas da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. De abordagem qualitativa e natureza bibliográfica e analítico-reflexiva, fundamenta-se em estudos científicos e documentos educacionais. Discute a mediação docente, a ludicidade, a avaliação e as condições de ensino, destacando a importância de práticas sistemáticas, inclusivas e contextualizadas para a aprendizagem da leitura e da escrita.

[1] cristiana.mt@gmail.com
[2] prof.maga28@gmail.com
[3] mirian.almici@caceres.edu.mt.gov.br
[4] renataclopes2025@gmail.com
[5] glaumonteirolivia@gmail.com
[6] elianehuga@gmail.com
[7] professoraterezacristina2023@gmail.com
[8] mariagislaine2009@gmail.com
[9] judilandiasantana183@gmail.com
[10] Glescieli.paula@gmail.com

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Práticas pedagógicas. Aprendizagem. Ensino Fundamental.

Abstract
This article analyzes the pedagogical challenges and possibilities regarding literacy and *letramento* (the social practice of reading and writing) in the early years of elementary education. Adopting a qualitative approach—based on a bibliographic and analytical-reflective review—the study draws upon scientific research and educational documents. It discusses the role of teacher mediation, the use of play, assessment, and teaching conditions, highlighting the importance of systematic, inclusive, and contextualized practices for the acquisition of reading and writing skills.

Keywords: Literacy. Social practice of reading and writing. Pedagogical practices. Learning. Elementary education.

1. Introdução

A alfabetização constitui uma etapa fundamental da escolarização, pois possibilita aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética e a ampliação de suas possibilidades de participação nas práticas sociais de leitura e escrita. Entretanto, esse processo não se restringe ao reconhecimento de letras, à formação de sílabas ou à decodificação de palavras. Envolve a construção de conhecimentos linguísticos, cognitivos e sociais que permitem compreender, produzir e utilizar a linguagem escrita em diferentes contextos.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os estudantes apresentam experiências distintas com a leitura e a escrita, conhecimentos prévios diversificados e diferentes ritmos de aprendizagem. Essa heterogeneidade exige que o trabalho pedagógico seja organizado de maneira intencional, com estratégias que possibilitem identificar as necessidades dos alunos e favorecer avanços progressivos na aprendizagem.

Soares (2020) destaca a importância de articular a alfabetização ao letramento, de modo que a apropriação do sistema de escrita ocorra em consonância com a participação em práticas significativas de leitura e produção textual. Essa perspectiva amplia a compreensão do trabalho alfabetizador, uma vez que considera tanto os conhecimentos específicos sobre a escrita quanto os usos sociais da língua.

Apesar dos avanços nas discussões teóricas e nas políticas educacionais, a alfabetização permanece como um desafio para as instituições escolares. As dificuldades apresentadas pelos estudantes, a diversidade de conhecimentos presentes nas turmas, a disponibilidade de recursos pedagógicos e as condições de trabalho dos professores interferem na organização das práticas educativas. Tais questões demandam planejamento, formação continuada e políticas públicas que assegurem condições adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece aprendizagens essenciais para a Educação Básica e destaca a importância de desenvolver competências relacionadas à leitura, à escrita, à oralidade e à análise linguística (BRASIL, 2018). Mais recentemente, a Lei nº 15.247/2025 consolidou em lei o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirmando o direito à

alfabetização e a necessidade de ações articuladas para enfrentar as desigualdades de aprendizagem (BRASIL, 2025).

As pesquisas científicas recentes também contribuem para ampliar a compreensão dos desafios relacionados ao ensino da leitura. Moreira e Mello (2026), em revisão sistemática da produção científica brasileira publicada entre 2013 e 2023, identificaram diferentes perspectivas sobre a aprendizagem da leitura e destacaram a relevância do ensino sistemático, das intervenções preventivas e dos instrumentos de avaliação. As autoras também apontaram a necessidade de ampliar as investigações sobre práticas pedagógicas que favoreçam efetivamente a aprendizagem.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades pedagógicas da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando a mediação docente, a ludicidade, a avaliação da aprendizagem e as condições de trabalho nas escolas públicas. Busca-se contribuir para a reflexão sobre práticas educativas que favoreçam a apropriação da leitura e da escrita de maneira sistemática, significativa e inclusiva.

2. Alfabetização e letramento: aproximações conceituais

A alfabetização e o letramento são conceitos fundamentais para compreender o desenvolvimento da leitura e da escrita no contexto escolar. Embora apresentem especificidades, esses processos são complementares e precisam ser articulados no planejamento pedagógico.

A alfabetização corresponde à apropriação do sistema de escrita alfabética e de suas convenções, envolvendo conhecimentos sobre as relações entre letras e sons, a formação das palavras, a segmentação da escrita e os princípios que organizam o funcionamento desse sistema. O letramento, por sua vez, relaciona-se à participação dos sujeitos em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, considerando suas finalidades comunicativas e culturais.

Soares (2020) defende uma proposta de ensino que articule esses processos, permitindo que as crianças aprendam o funcionamento da escrita enquanto participam de situações reais de leitura e produção textual. Nessa perspectiva, o ensino não deve se limitar a exercícios mecânicos de identificação de letras ou repetição de sílabas, embora atividades sistemáticas de reflexão sobre o sistema alfabético sejam necessárias.

O trabalho alfabetizador pode contemplar, simultaneamente, a leitura de histórias, a produção de listas, a escrita de bilhetes, a interpretação de poemas e a análise de palavras presentes nos textos. Essas situações possibilitam aos estudantes compreender tanto as características do sistema de escrita quanto os diferentes usos da linguagem.

A articulação entre alfabetização e letramento também contribui para superar a falsa oposição entre o ensino sistemático e as práticas contextualizadas. A aprendizagem exige

oportunidades para refletir sobre as unidades da língua escrita, desenvolver a consciência dos sons da fala, estabelecer relações entre fonemas e grafemas e compreender o sentido dos textos.

Nessa direção, Moreira e Mello (2026) identificam, na produção científica analisada, a relevância da consciência fonêmica, do ensino explícito e sistemático e de intervenções destinadas a prevenir ou enfrentar dificuldades de leitura. Essas contribuições reforçam a necessidade de práticas planejadas, fundamentadas em conhecimentos científicos e acompanhadas por processos de avaliação.

Assim, alfabetizar letrando significa assegurar que os estudantes se apropriem do sistema de escrita e, ao mesmo tempo, ampliem suas possibilidades de compreender, interpretar e produzir textos em diferentes situações sociais.

2.1 Desafios da alfabetização nas escolas públicas

O processo de alfabetização ocorre em contextos educacionais marcados por diferentes condições sociais, culturais e institucionais. Nas escolas públicas, os professores podem encontrar turmas heterogêneas, disponibilidade limitada de materiais, dificuldades relacionadas à infraestrutura e necessidade de atender estudantes com diferentes níveis de aprendizagem.

Essas condições não devem ser compreendidas isoladamente, tampouco utilizadas para atribuir exclusivamente aos professores ou aos estudantes a responsabilidade pelas dificuldades encontradas. A aprendizagem é influenciada por múltiplos fatores e exige ações articuladas entre profissionais da escola, famílias, gestores e sistemas de ensino.

Silva e Guedes (2024), ao investigarem os desafios da alfabetização e do letramento na reabertura de uma escola pública após o período mais crítico da pandemia de COVID-19, discutiram as desigualdades entre os estudantes, a participação das famílias e a necessidade de estratégias escolares para enfrentar as dificuldades de aprendizagem. Embora o estudo esteja situado em um contexto específico, suas reflexões contribuem para compreender a importância de considerar as condições sociais e educacionais em que a alfabetização acontece.

A diversidade de conhecimentos presentes em uma turma exige que o professor identifique o que cada estudante já sabe e quais conhecimentos ainda precisa desenvolver. Alguns alunos podem reconhecer letras e estabelecer relações entre sons e grafias, enquanto outros necessitam de intervenções mais frequentes para compreender o princípio alfabético ou ampliar a fluência e a compreensão leitora.

Nesse cenário, a avaliação diagnóstica e formativa constitui um instrumento importante para orientar o planejamento. A observação das atividades, a análise das produções escritas, a leitura individual e as situações de escrita espontânea podem fornecer informações relevantes sobre os avanços e as dificuldades dos estudantes.

Moreira e Mello (2026) ressaltam a importância da avaliação da leitura na produção científica brasileira, mas também identificam a necessidade de ampliar os estudos voltados às práticas de ensino capazes de favorecer a aprendizagem. Essa constatação evidencia que avaliar não é suficiente: os resultados precisam orientar intervenções pedagógicas concretas.

As condições de trabalho docente também devem integrar essa discussão. O planejamento de atividades diversificadas, a produção de materiais e o acompanhamento individual exigem tempo, recursos e formação profissional. Por isso, a qualidade da alfabetização depende não apenas das escolhas metodológicas do professor, mas também das condições institucionais e das políticas públicas que sustentam o trabalho educativo.

A Lei nº 15.247/2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, prevê a colaboração entre os entes federativos, a valorização dos profissionais da educação, a formação docente, a disponibilização de recursos pedagógicos e o enfrentamento das desigualdades educacionais (BRASIL, 2025). Tais diretrizes reforçam que garantir a alfabetização é uma responsabilidade compartilhada e constitui um direito de todas as crianças.

2.2 Práticas pedagógicas, ludicidade e desenvolvimento da leitura e da escrita

O desenvolvimento da leitura e da escrita requer experiências diversificadas e frequentes com a linguagem. O professor precisa organizar situações didáticas que permitam aos estudantes compreender o funcionamento do sistema alfabético, desenvolver estratégias de leitura, ampliar o vocabulário e produzir textos com diferentes finalidades.

A utilização de gêneros textuais variados, como contos, parlendas, cantigas, poemas, quadrinhos, listas, convites e bilhetes, pode favorecer a participação dos alunos e tornar o ensino mais significativo. A escolha dos textos deve considerar os objetivos pedagógicos, os conhecimentos dos estudantes e as situações comunicativas que se pretende explorar.

A leitura compartilhada possibilita trabalhar a compreensão textual, a identificação de informações, a antecipação de acontecimentos e a construção de sentidos. As propostas de escrita, por sua vez, podem envolver a produção coletiva de textos, o registro de experiências, a elaboração de listas e a escrita de mensagens destinadas a interlocutores reais.

Essas atividades precisam estar articuladas ao ensino explícito dos conhecimentos sobre o sistema de escrita. O professor pode propor comparações entre palavras, identificação de sons iniciais e finais, análise de rimas, segmentação de sílabas e reflexão sobre as correspondências entre letras e sons. O objetivo é que os estudantes compreendam progressivamente as características da língua escrita, em vez de dependerem exclusivamente da memorização.

A ludicidade também pode contribuir para esse processo. Jogos de formação de palavras, brincadeiras com rimas, letras móveis, desafios de leitura e atividades com parlendas podem ampliar o envolvimento dos estudantes. Entretanto, o caráter lúdico não elimina a necessidade de intencionalidade pedagógica: cada proposta deve estar relacionada a objetivos claros e permitir que o professor acompanhe o desenvolvimento das aprendizagens.

Freire (1996) destaca a importância de uma prática educativa comprometida com a autonomia dos educandos, o diálogo e a reflexão crítica. No contexto da alfabetização, essa perspectiva implica reconhecer os estudantes como participantes ativos do processo de aprendizagem, valorizando suas experiências e estimulando sua participação nas situações de leitura e escrita.

A mediação docente deve combinar acolhimento e intencionalidade. Cabe ao professor propor desafios adequados, oferecer orientações, analisar as respostas dos estudantes e reorganizar as atividades quando necessário. Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem não significa deixar de intervir, mas planejar intervenções que possibilitem avanços progressivos.

A revisão sistemática de Moreira e Mello (2026) contribui para essa discussão ao evidenciar a necessidade de aprofundar o conhecimento científico sobre as estratégias de ensino da leitura. Desse modo, as práticas pedagógicas precisam ser fundamentadas em estudos e avaliadas continuamente, evitando a adoção de metodologias apenas por tradição ou preferência pessoal.

2.3 O papel do professor e a avaliação da aprendizagem

O professor alfabetizador desempenha papel central na organização das experiências de aprendizagem. Sua atuação requer conhecimentos sobre a língua escrita, o desenvolvimento infantil, as estratégias de ensino e os procedimentos de avaliação. Também exige capacidade de refletir sobre a prática e ajustar o planejamento de acordo com as necessidades identificadas.

A avaliação deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico. Em vez de se limitar à classificação dos estudantes, precisa produzir informações que auxiliem o professor a identificar conhecimentos consolidados, dificuldades persistentes e aprendizagens que demandam novas intervenções.

A análise das produções escritas, a leitura individual, as atividades de consciência fonológica e a observação da participação dos alunos são exemplos de procedimentos que podem contribuir para esse acompanhamento. Os instrumentos devem ser selecionados de acordo com os objetivos de aprendizagem e utilizados para orientar decisões pedagógicas.

A heterogeneidade das turmas requer propostas diversificadas, incluindo atividades coletivas, trabalho em pequenos grupos e acompanhamento individualizado. Essas estratégias podem favorecer a participação de todos os estudantes, desde que estejam articuladas a objetivos comuns e a expectativas de aprendizagem adequadas.

A formação continuada também é indispensável. O estudo de pesquisas científicas, a análise de práticas pedagógicas e o diálogo entre profissionais podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais consistentes. A formação precisa estar vinculada às situações reais de ensino, possibilitando que os conhecimentos teóricos sejam analisados e incorporados criticamente à prática docente.

Nesse sentido, a Lei nº 15.247/2025 destaca a formação dos profissionais da educação, a melhoria das práticas pedagógicas, os sistemas de avaliação e a qualificação da infraestrutura como elementos relevantes para a implementação da política nacional de alfabetização (BRASIL, 2025).

Portanto, a atuação docente deve articular planejamento, ensino sistemático, avaliação e reflexão permanente. A garantia da aprendizagem requer intervenções intencionais e condições institucionais que possibilitem ao professor acompanhar os estudantes e reorganizar suas práticas sempre que necessário.

3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítico-reflexiva, cujo propósito é discutir os desafios e as possibilidades pedagógicas da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de produções acadêmicas e documentos educacionais relacionados ao objeto de estudo. Para a construção da discussão, foram consideradas contribuições teóricas sobre alfabetização e letramento, especialmente Soares (2020), além de estudos científicos publicados em periódicos e documentos normativos nacionais.

O referencial foi organizado em três conjuntos: obras teóricas sobre os processos de alfabetização e letramento; artigos científicos que discutem a aprendizagem da leitura e os desafios das práticas pedagógicas; e documentos oficiais relacionados às orientações curriculares e às políticas públicas de alfabetização.

Entre os estudos de periódicos, destacam-se Silva e Guedes (2024), que investigaram os desafios da alfabetização e do letramento em uma escola pública, e Moreira e Mello (2026), que realizaram uma revisão sistemática da produção científica brasileira sobre a aprendizagem da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A seleção desses trabalhos considera sua relação direta com o tema e sua contribuição para a compreensão dos desafios educacionais e das estratégias de ensino.

A análise foi organizada em quatro eixos temáticos: (a) conceitos de alfabetização e letramento; (b) desafios sociais, pedagógicos e institucionais da alfabetização; (c) práticas de ensino da leitura e da escrita, incluindo a ludicidade; e (d) mediação docente e avaliação da aprendizagem.

A interpretação das fontes buscou identificar aproximações entre as contribuições teóricas, as evidências apresentadas nos estudos selecionados e as orientações dos documentos oficiais. A discussão foi desenvolvida de maneira temática, relacionando os conceitos examinados às possibilidades de organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais.

Por se tratar de um estudo bibliográfico e analítico-reflexivo, não foram realizadas entrevistas, observações sistemáticas ou coleta de dados diretamente com estudantes e professores para esta versão do artigo. Assim, as considerações apresentadas decorrem da interpretação das fontes consultadas, não devendo ser entendidas como resultados de uma investigação empírica.

4. Resultados e discussão

A análise das contribuições teóricas e dos estudos científicos evidencia que a alfabetização exige a articulação entre o ensino sistemático do sistema de escrita alfabética e a participação em práticas significativas de leitura e escrita. Essa compreensão permite superar tanto as propostas centradas exclusivamente na memorização quanto às abordagens que deixam em segundo plano o ensino explícito dos conhecimentos necessários à aprendizagem da língua escrita.

A contribuição de Soares (2020) reforça a importância de alfabetizar em contextos de letramento. Na prática pedagógica, essa perspectiva pode ser concretizada por meio de atividades que integrem a leitura de textos, a reflexão sobre palavras e sons, a produção escrita e a compreensão das finalidades sociais da linguagem.

A revisão de Moreira e Mello (2026) acrescenta evidências relevantes ao debate, destacando a importância do ensino sistemático, da consciência fonêmica, das intervenções preventivas e da avaliação. Ao mesmo tempo, as autoras apontam lacunas na produção científica sobre práticas pedagógicas eficazes, indicando a necessidade de ampliar as pesquisas que investigam como as estratégias de ensino contribuem para a aprendizagem da leitura.

Esse resultado evidencia que a avaliação precisa estar vinculada à intervenção. Identificar dificuldades sem reorganizar as práticas pedagógicas limita as possibilidades de avanço. Por isso, o professor deve utilizar as informações obtidas para planejar novas situações de aprendizagem, selecionar recursos apropriados e acompanhar os efeitos das intervenções realizadas.

A pesquisa de Silva e Guedes (2024) também contribui para compreender que as condições sociais e educacionais interferem nos processos de alfabetização. As desigualdades de acesso a recursos e de acompanhamento escolar tornam necessário desenvolver estratégias que considerem a realidade dos estudantes, sem reduzir as expectativas de aprendizagem ou responsabilizar exclusivamente às famílias pelas dificuldades encontradas.

A ludicidade pode integrar essas estratégias quando está associada a objetivos de aprendizagem e à mediação docente. Jogos e brincadeiras podem criar oportunidades de reflexão sobre a linguagem, mas precisam ser acompanhados por intervenções que ajudem os estudantes a compreender as relações entre sons, letras, palavras e textos.

Além das escolhas metodológicas, a discussão evidencia a relevância das condições institucionais. A formação continuada, a disponibilidade de materiais, o tempo para planejamento e o apoio da gestão escolar são elementos que contribuem para a continuidade do trabalho alfabetizador. A política nacional instituída pela Lei nº 15.247/2025 reconhece a importância da colaboração entre os entes federativos, da formação profissional e do enfrentamento das desigualdades de aprendizagem (BRASIL, 2025).

Desse modo, os desafios da alfabetização precisam ser enfrentados por meio de ações articuladas. A prática docente fundamentada, o acompanhamento contínuo dos estudantes e as políticas públicas voltadas à equidade educacional são dimensões complementares na garantia do direito à aprendizagem.

5. Considerações Finais

A discussão desenvolvida neste artigo permite compreender que a alfabetização e o letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental constituem processos articulados, que exigem planejamento intencional, ensino sistemático e participação dos estudantes em práticas significativas de leitura e escrita.

A aprendizagem da língua escrita não se limita à decodificação de palavras. Envolve a compreensão do funcionamento do sistema alfabético, o desenvolvimento da leitura, a produção textual e a capacidade de utilizar a linguagem em diferentes situações sociais. Por isso, o trabalho pedagógico deve combinar o ensino explícito dos conhecimentos sobre a escrita com experiências contextualizadas e diversificadas.

A literatura examinada destaca a relevância da mediação docente, da avaliação contínua e da organização de intervenções adequadas às necessidades dos estudantes. A

ludicidade pode contribuir para ampliar a participação e o interesse, desde que esteja vinculada a objetivos pedagógicos claros e ao acompanhamento das aprendizagens.

Também se evidencia que as dificuldades de alfabetização não podem ser compreendidas apenas como resultado de limitações individuais. As condições de trabalho, a disponibilidade de recursos, a formação profissional e as desigualdades sociais interferem nas oportunidades de aprendizagem. A garantia do direito à alfabetização exige, portanto, compromisso compartilhado entre professores, instituições escolares e sistemas de ensino.

Como limitação, este trabalho apresenta uma análise bibliográfica e reflexiva, sem coleta própria de dados empíricos e sem pretensão de esgotar a produção científica sobre o tema. Estudos futuros podem aprofundar a investigação de práticas específicas de alfabetização, examinar intervenções pedagógicas e analisar suas contribuições para diferentes perfis de estudantes.

Considera-se que a qualificação da alfabetização requer a articulação entre conhecimento científico, planejamento pedagógico, avaliação e políticas públicas. O compromisso com práticas sistemáticas, inclusivas e contextualizadas constitui uma dimensão essencial para ampliar as oportunidades de aprendizagem e contribuir para a formação de leitores e produtores de textos autônomos e participativos.

6. Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.247**, de 31 de outubro de 2025. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15247.htm. Acesso em: 23 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Raquel; MELLO, Roseli Rodrigues de. **Aprendizagem da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental**: uma revisão sistemática da produção científica brasileira (2013-2023). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 52, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202652294669por.

SILVA, Fernanda Costa da; GUEDES, Larisse da Cruz. **Alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental I na reabertura de uma escola pública em 2021**: os desafios impostos nas desigualdades sociais nas infâncias. Pedagogia em Ação, v. 22, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/pedagogiacao/article/view/33579. Acesso em: 23 out. 2026.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.